

UMA ANÁLISE DOS DESDOBRAMENTOS DA CRISE FINANCEIRA DE 2008 À LUZ DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

LUIZA CLÁUDIA MACEDO DE MORAIS*
LUIZA DANTAS DE SOUZA LIMA**

I. Introdução

Este trabalho busca compor uma análise acerca dos desdobramentos da crise financeira de 2008, em face do que a Administração Política tem proposto para os assuntos relacionados à ciência administrativa com uma visão focalizada em termos crítico/histórico/social. Para tanto, é realizado um resgate da crise financeira global e sua permanência até os dias atuais. Dentre as implicações plenas dessa crise, destacam-se o aumento da população de famintos e, contraditoriamente, uma acumulação de capital sem limites, expondo, assim, a fragilidade da globalização, através de um debate pautado no “desenvolvimento” à luz da Administração Política.

Observa-se, no “pós-crise”, uma mudança no perfil e na destinação dos investimentos dos grandes empresários. Com a crise imobiliária e a perda financeira, o capital especulativo tem migrado para o mercado de *commodities*, o que gerou inflação na demanda por esses produtos, não por falta de oferta, mas por sua concentração nas mãos dos investidores. Essa especulação gerou um processo inflacionário e os preços desses produtos subiram e como resultado o consumidor final, além da crise financeira, enfrenta a crise de alimentos na mesma dimensão.

Essa virada na história do capitalismo gerou perdas (inimagináveis) de caráter financeiro, econômico e social que se prolongam até o presente momento. A partir dessa situação, líderes mundiais deram início à discussão de novas regras, ou seja, a autorregulação, antes defendida, seria descartada e o governo entra como principal mentor para a regulação do

* Estudante de Administração, bolsista do Programa de Educação Tutorial, UEPB.

** Mestre em Economia pela UFPB e professora substituta da UEPB e Unesc Faculdades.

novo século. Nesse mesmo quadro econômico, ainda, posiciona-se outra discussão, a continuidade de um sistema que antes gerava, apenas, crises sociais e, agora, atinge o topo e a base da economia mundial, ou seja, o setor financeiro. “A fé neoliberal no *laissez-faire* como princípio norteador dominante na organização dos mercados foi abalada. A crise expôs os limites do excesso de liberalização dos mercados de forma inequívoca: deixados por conta própria, não se pode garantir que os mercados atendam aos interesses públicos” (Ipea, 2010, p. 12).

Desse modo, pretende-se analisar uma nova forma de abordar questões financeiras, de investimentos e de gestão; para esse fim, são propostos novos debates correlacionados à crise, ou seja, uma abordagem sobre o “desenvolvimento” à luz da Administração Política e o que a esta pode trazer como solução para problemas mundiais, dos quais a Administração Profissional não é capaz de fazer uma autocrítica, pois persiste em utilizar a *organização* como objeto de estudo, estando, assim, vinculada a uma microanálise. Para a Administração Política, as propostas de solucionar as crises não se restringem, apenas, a cargo do setor público, mas a todos os setores que se propõe a colocar o bem-estar social como resultado de suas atividades. Assim, busca-se analisar a Administração Política como novo paradigma crítico/social, através da crise financeira de 2008 e suas implicações nos demais setores da economia e da sociedade, objetivando o estímulo à elaboração de políticas públicas que alcancem seu verdadeiro alvo — as reais necessidades da população; não mais as particularidades das “organizações”.

2. Resgate à crise global financeira de 2008 e sua persistente permanência até os dias atuais

O desenrolar da crise financeira de 2008 foi iniciada em um cenário ideal para a continuação de suas implicações até os dias atuais, a existência de mercados autorregulados e o embasamento ideológico, de acordo com o modelo econômico neoliberal, deram significados, respostas e resultados para esta ser considerada a crise mais severa enfrentada pelos economistas e pela economia, desde 1929. Movida por um processo de financeirização e uma criação maciça de riqueza fictícia, desde os anos 80, resultou na virada da história do capitalismo, com perdas de caráter financeiro, econômico e social até os dias atuais. Terá sido mesmo uma crise inevitável, dada a natureza instável do capitalismo, ou foi consequência de desdobra-

mentos ideológicos, desde a década de 1980, e da falta de uma regulamentação do Sistema Financeiro?

Pode-se afirmar que uma das ideias essenciais do capitalismo é que ele constitui um sistema econômico, essencialmente, instável que gera crises econômicas periódicas e tem como alicerce ideológico para sua existência o neoliberalismo, este contrário aos interesses dos pobres, dos trabalhadores e do Estado baseado no bem-estar social. Diante dessa premissa, é possível avaliar a possibilidade de modificação do atual quadro econômico, onde é visível observar a supremacia do sistema capitalista?

De acordo com Bresser-Pereira (2010), o primeiro grande desafio enfrentado pelo capitalismo foi quando o *crash* da bolsa de 1929 transformou-se na Grande Depressão da década de 1930. Na década de 1970, mais especificamente entre os anos de 1948 e 1977, o quadro alterou-se com a transição dos trinta anos dourados do capitalismo para o capitalismo financeirizado, um capitalismo, intrinsecamente, instável que privilegiava, principalmente, os 2% (dois por cento) mais ricos de cada sociedade nacional. Em 1980, nas eleições presidenciais dos EUA, observou-se a subida ao poder de uma coalizão política de financistas que defendiam o neoliberalismo e a prática da financeirização, em lugar da antiga coalizão capitalista/profissional de altos executivos, da classe média e do trabalho organizado que caracterizara o período fordista.

Validando os aspectos históricos desse mesmo período, entre 1970 e 1980, a macroeconomia neoclássica substituiu a keynesiana, uma economia matemática que oferecia legitimidade “científica” através da introdução matemática aos estudos econômicos, enfatizando, assim, os estudos relacionados à microeconomia, preservando a relação entre o indivíduo, a família e a empresa, que resultou na perda de espaço da macroeconomia e o aparecimento de mercados imperfeitos marcados por estruturas oligopólicas e monopólicas que têm como principal característica: o individualismo — motivado pelas oportunidades e os benefícios que a desregulamentação dos mercados gerava nas organizações.

Procurava-se, através dessa incógnita, reduzir o porte do aparelho do Estado e desregular todos os mercados, principalmente os financeiros; adotando um método hipotético dedutivo em ciências sociais e, por fim, negando o conceito de interesse público que, apenas, faria sentido se houvesse de fato uma sociedade. Assim, surgiu o capitalismo financeiro, quando o capital bancário e o produtivo fundiram-se sob o comando do primeiro,

dando origem à liberalização dos mercados financeiros e um grande aumento dos fluxos de crédito em torno do mundo. Nesse contexto, o capitalismo contemporâneo presencia algo muito diferente do que se caracterizam como apenas crises cíclicas, está assim experimentando uma crise permanente que vem num processo de aceleração, após os anos 1970, configurando-se uma crise do próprio sistema capitalista.

Bresser-Pereira (2010) afirma que “o capitalismo é, intrinsecamente, instável, mas uma crise tão profunda e danosa quanto a atual era desnecessária: poderia ter sido evitada se o Estado democrático tivesse sido capaz de resistir à desregulação dos mercados financeiros”. O atual Sistema Financeiro constitui um dos pilares da economia mundial e do desenvolvimento das políticas de crédito, assegurando as organizações quanto a projetos de investimentos, auxiliando no rendimento de poupanças e o consumo da sociedade em si, realizando um intermédio nas transações e equilibrando o funcionamento dos sistemas de pagamento e liquidação. Essas mesmas transações econômicas e financeiras, que, por um lado, beneficiam o sistema capitalista e o desenvolvimento das políticas de crédito, transpassam as variáveis físicas de tempo e espaço (entre setores e além-fronteiras), o que possibilita grandes retornos e, em contrapartida, grandes riscos ao equilíbrio econômico.

Para Fernando Teixeira dos Santos, presidente da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), a minimização desses riscos deveria ser realizada mediante uma integração em âmbito de instituições, instrumentos e mercados, de natureza tecnológica, geográfica e funcional com relação aos seguimentos. De acordo com as particularidades da atividade de intermediação financeira e dos operadores que a exercem, há uma necessidade de intervenção de controle público (Estado), uma vez que a acumulação de capital e a alocação de recursos financeiros assumem papel importante e decisivo no processo de desenvolvimento econômico, abarcando a tarefa de corrigir imperfeições e falhas do mercado, em busca de uma distribuição “justa” e eficiente de recursos.

Com isso, o desenvolvimento de produtos, serviços e mercados devem ser acompanhados pela regulação e supervisão do sistema financeiro, para, assim, prevenir o risco sistemático, ou seja, o risco de ocorrência de um evento não antecipado que acarrete repercussões significativas na economia real. Esse risco sistemático advém conjunto aos mercados de capitais, que sugerem transações de ativos, cada vez mais, elaborados, comple-

xos e menos transparentes, pois é através dessa dependência que as bolsas de valores se expõem ao risco e obtêm o seu financiamento.

Conforme as afirmações de Meirelles (2009), a regulação do sistema financeiro resulta em desenvolvimento financeiro, crescimento econômico, estabilidade financeira e surgimento de ciclos de transações mais suaves. Contraditoriamente a essas características, o que se vivencia hoje é uma “crise da crise”: um espelho de consequências resultantes da crise de 2008 que não foi bem solucionada e que deixam os economistas preocupados e inquietos com relação ao futuro do capitalismo; e, ao mesmo tempo, não conseguem enxergar uma solução plausível frente a uma nova ideologia ou uma nova forma de gestão. Existindo a possibilidade de uma queda brusca na fé dos resultados que o neoliberalismo ocasiona, isso resulta em um vácuo ideológico que deverá ser, urgentemente, preenchido com o objetivo de fomentar planos globais de reestruturação do atual quadro econômico/político/social.

Para entender melhor as repercussões de todo esse caos econômico, Bresser-Pereira (2010) analisa a crise de 2008 de acordo com duas principais causas: a desregulamentação dos mercados financeiros e a especulação selvagem sobre ela. A US Federal Reserve Bank, depois de 2001-2002, manteve as taxas de juros baixas demais por um período de tempo relativamente grande, resultando em aumento de oferta de crédito, produzindo elevados níveis de alavancagem. É evidente que para estabilizar os mercados financeiros é preciso uma limitação de crédito. Outro ponto é que quanto maior a alavancagem das instituições financeiras e não financeiras e das famílias de um país, mais severo será o impacto da crise sobre sua economia nacional.

Por essa razão, a crise financeira geral partiu da crise dos *subprimes*, ou mais precisamente, de hipotecas oferecidas a clientes de qualidade de crédito inferior que eram, depois, agrupados em títulos complexos e opacos, cujo risco associado era de avaliação difícil, senão impossível, para os compradores, resultando em uma grande avalanche de insolvência para o sistema financeiro que apostou nesses grupos. O crédito deixou de ser baseado em empréstimos de bancos a empresas, no contexto do mercado financeiro regular, para se basear, cada vez mais, em títulos negociados por investidores financeiros (fundos de pensão e fundos mútuos) nos mercados de balcão.

E todo o problema deriva da razão de que os Estados Unidos foram sempre aceitos como modelo econômico mundial, e que, quando sua economia manteve-se em risco permanente, todos os outros que agiam em

dependência deles sofreram o efeito ação/reação de sua instabilidade econômica e financeira, dando abertura para o crescimento econômico de outros países como a China. Para obter uma melhor noção da situação no qual caminhava o quadro econômico mundial, entre 1980 e 2007, os principais relatórios de especialistas econômicos registram que os ativos financeiros cresceram cerca de quatro vezes mais que a riqueza real — o crescimento do PIB, o que caracteriza a produção de “riqueza fictícia”.

Bresser-Pereira (2010) enfatiza que a principal contribuição de Adam Smith à economia foi, justamente, essa distinção entre a riqueza real, baseada em produção, e a riqueza fictícia, baseada em ativos financeiros abstratos. Essa distinção com seu conceito de “capital fictício”, que corresponde, em linhas gerais, ao aumento artificial do preço dos ativos como consequência do aumento da alavancagem. Logo, Marx referiu-se à expansão do crédito que, mesmo em seu tempo, fazia com que o capital parecesse duplicar, ou mesmo triplicar. Segundo Marx (1981, apud Bresser-Pereira, 2010, p. 56), “com o desenvolvimento do capital remunerado a juros e do sistema de crédito, todo o capital parece duplicar-se e, em alguns pontos, triplicar-se, por meio das diversas maneiras pelas quais o mesmo capital, ou até a mesma titularidade, surge em diversas mãos sob diferentes formas”. A maior parte desse “capital/moeda” é puramente fictícia.

Compreende que, por definição, uma crise financeira é causada por uma má alocação de crédito e aumento da alavancagem econômica, contraditoriamente, a atual crise originou-se em hipotecas que as famílias tomadoras deixaram de pagar e na fraude com *subprimes*. Minsky (1972, apud Bresser-Pereira, 2010, p. 86) desenvolvera a teoria keynesiana fundamental que liga finanças, incerteza e crises, discutindo estagnação econômica e identificando a fragilidade financeira como motor da crise, transformando a questão financeira de objeto em sujeito da análise. Assim, demonstrou que não só as crises econômicas, mas também as financeiras são endógenas (crescem para dentro) ao sistema capitalista.

Portanto, a crise que, atualmente, se vivencia é resultado não só de práticas de remuneração com bônus altamente agressivos para intermediários financeiros que incentivavam a tomada de riscos e os ganhos no curto prazo, mas principalmente da desregulação deliberada dos mercados financeiros e da decisão de não regular as inovações financeiras e as práticas de tesouraria dos bancos. Bresser-Pereira (2010) afirma: “a desregulação e as tentativas de eliminar o Estado assistencialista transformaram as últimas

três décadas nos trinta anos sombrios do neoliberalismo”. Assim, a teoria neoclássica tornou-se o *mainstream* da economia, em outras palavras, uma metodologia que faz o próprio sistema capitalista entrar em crise. Desse modo, as teorias para políticas financeiras foram levadas a enormes riscos financeiros, originando o principal erro para o atual quadro econômico: o desenvolvimento e ampliação desses mercados autorregulados.

Em debate realizado na Universidade Federal de Campina Grande (I Simpósio Acadêmico de Economia) sobre a Crise Atual, o professor de economia política Renato Kilpp transpôs a seguinte prerrogativa: “Todos os acontecimentos atuais nos parecem levar a uma situação de «barbárie», onde os ricos ficarão menos ricos, mas permanecerão ricos, enquanto os pobres ficarão mais pobres; os países de rendimento intermediários dedicados à estratégia neodesenvolvimentista surgirão da crise mais fortes, como nos parece ser o caso do Brasil”. Mas, a verdade que ainda prevalece é que, apenas, 2% da população detêm todo o capital financeiro global, e os 98% ficam excetuados do atual sistema capitalista, sem opção de crescimento próprio, e vivendo, muitas vezes, em condições desumanas. A partir desse momento, percebe-se que só por indignação e interesse próprio é que o compromisso cívico e o desenvolvimento político poderão ser retomados.

Nesse contexto, o sistema capitalista, com sua crise atual, necessita de uma regulação e adequação que permita a organização e a coordenação dos mercados, que quanto mais complexo for o quadro econômico, mais regulado deverá ser para que todos os agentes se beneficiem em suas transações, direcionando a uma economia estável voltada para o investimento, onde os riscos sejam bem mensurados e menos agressivos.

3. Resultantes emergentes da crise mundial financeira: aumento da população de famintos e acumulação de capital sem limite

Retomando fatos históricos, em julho de 2007, quando a bolha imobiliária nos EUA estourou, a economia mundial passa a presenciar um processo inflacionário no preço dos alimentos, duplicando ou triplicando, principalmente, os produtos básicos de consumo da população mundial, como arroz, trigo e milho. Nota-se, então, a manobra da mídia global em torno desse fato por causa de suas consequências para o capital financeiro, onde a gênese desse aumento origina-se da especulação com as chamadas *commodities*, mercadorias de produção em larga escala negociadas na Bolsa de Chicago, no chamado “mercado futuro”.

Na opinião de especialistas, no entanto, o movimento está menos associado ao estoque de matéria-prima e de alimentos e mais ligado às operações dos investidores no mercado de *commodities*. Assim, o grande capital especulativo tem migrado para esse mercado futuro, gerando inflação na demanda por esses produtos, não por falta de oferta, mas por sua concentração nas mãos dos investidores. Estes percebem, nas *commodities*, a oportunidade de rentabilidade que os juros baixos e as ações já não oferecem. Com essa manobra, apenas nas Bolsas e sem sair do escritório, esses investidores auferem grandes lucros e inflacionam o preço desses produtos para os consumidores que, sem renda, não conseguem ter acesso a esses produtos mais básicos.

A permuta na priorização dos mercados de bens indispensáveis fez com que esses investidores reconhecessem a força de demanda e a segurança de retorno lucrativo. Esse foi o artifício usado pelos capitalistas que sofreram com a crise de 2008 para recomporem seus lucros, especulando no mercado de alimentos e transferindo os prejuízos sofridos para a população mundial, onde os custos diretos e indiretos dessa financeirização recaíram sobre a classe trabalhadora e consumidora. Presencia-se, assim, a grande força de retirada do sistema capitalista, o capital financeiro sobressaindo sobre o capital produtivo; é essa a principal consequência da crise, uma vez que o capital financeiro gera desemprego social e acumulação de capital na mão de poucos, e são estes poucos que detêm o acesso ao sistema financeiro. O resultado desse acúmulo é que a maior parte da população que está em dependência desse mesmo capital, e que, muitas vezes, não possui renda nenhuma, é que acaba não tendo acesso aos bens de necessidade primária, como, por exemplo, os alimentos; conduzindo, ainda mais, a criação de uma sociedade marginalizada que convive sob os ditames da classe média e alta.

Esse *boom* nos preços das *commodities* tem, inegavelmente, um forte componente provocado pelo excesso de liquidez gerado pelas políticas monetárias ultraexpansionistas do Federal Reserve (FED, Banco Central Americano) e do banco Central Europeu. Segundo Nakano (2011), “com o excesso de liquidez, as posições especulativas de investidores financeiros em *commodities* já vinham crescendo fortemente antes da crise financeira”. Com a crise financeira e a súbita e forte contração de liquidez de crédito, os preços das mercadorias primárias negociadas nas Bolsas de Valores, sofreram forte queda. Com a nova política monetária de *quantitative easing*

— monetização da dívida pública, recursos a taxas de juros próximas a zero, num contexto de incerteza — esses tipos de investimentos transformaram-se numa alternativa atraente em termos de retorno. A bolha de *commodities* acaba resultando na oscilação da taxa básica de juros, pois esta é o meio pelo qual se usa para remunerar o capital financeiro e, assim, mantê-lo vivo.

Em decorrência desses investimentos especulativos e da geração de “crises da crise”,¹ que se desdobra até os dias atuais, é que, um, em cada seis habitantes do planeta, está passando fome, onde a inflação do preço da comida e a crise econômica acabam afetando o acesso da população mais carente na compra de alimentos. De acordo com documento da FAO: o número de pessoas famintas no mundo **ultrapassou o 1 bilhão** [negrito do autor], graças à crise econômica e à crise no preço dos alimentos. Esse é o maior número de famintos desde 1970, o primeiro ano para o qual a FAO tem registros históricos.

Dessa forma, o problema parece configurar-se sobre uma crise de caráter estrutural, profunda, causada pelo próprio sistema capitalista, ou seja, da própria base ideológica em que se estruturou o capitalismo. O filósofo marxista húngaro, István Mészáros (apud Coelho 2005, p. 1) relata em sua *opus magna*,² um estudo extenso e sofisticado sobre o que ele denomina sob os fatos atuais como uma crise estrutural da ordem sociometabólica do capital. Traduzindo, Mészáros qualifica, assim, o período histórico atual, em que a ordem sociometabólica do capital estaria se defrontando com os seus limites absolutos. Essa crise não está relacionada aos limites imediatos, mas aos limites últimos de uma estrutura global, é a chamada “crise de dominação”, onde a função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema tornam-se falhas. Relacionado com o problema de fome mundial, percebe-se que o número de famintos crescente é um problema de acesso à comida e não de disponibilidade de alimentos; ou seja, decorre de uma má distribuição e acumulação em poder dos que dominam o sistema de capital.

¹ Resultado de políticas voltadas ao pós-crise e não da prevenção de acontecimentos que provocam o desencadeamento de uma futura crise, viabilizando uma situação, na qual, antes de concluir os procedimentos econômicos necessários para reerguer políticas monetárias, fiscais, cambiais, comerciais e de setor externo, novos estrangulamentos são apontados, resultando no aprofundamento ou geração de uma nova crise.

² István Mészáros. *Para além do capital*. Campinas-São Paulo: Edunicamp-Boitempo, 2002.

Diante de fatos como esses, como se posiciona a “estrutura totalizadora de comando político” — o ESTADO? Visitando clássicos como a obra *Leviatã*, Thomas Hobbes define o Estado como alma artificial e soberana criada pelo ser humano, com a missão de assegurar e defender os interesses da sociedade, além de analisar sua importância com base na sua inexistência. Assim Hobbes percebe que o Estado Natural, ou seja, a ausência de uma ordem política representativa — o Estado, as pessoas conviveriam em constante competição pela riqueza, segurança e glória. Por essa razão, o Estado surge com o objetivo de impor limites à sociedade civil através das leis, ou mesmo de uma regulamentação; essa afirmação justifica a relação de que só se pode falar em justiça até que se definam as leis.

Em uma análise mais proeminente, se as leis imperassem não haveria crimes contra a humanidade, uma vez que a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, no artigo I relata que: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Essa visão de fraternidade só é concretizada por meio de um **contrato social** [negrito do autor], em que temos de aceitar abandonar a nossa capacidade de atacar os outros em troca do abandono pelos outros do direito de nos atacarem, como bem retrata a tríade da filosofia política: o contrato social, a igualdade e a democracia, protagonizada pelos teóricos Hobbes, Kant, Locke e Rousseau.

Nessa perspectiva, alguns especialistas antropólogos definem o ser humano como um “ser desejante” como assim explica a Teoria de Maslow, na qual o indivíduo não só é motivado de acordo com a realização de suas necessidades, mas pela criação de novos desejos. Essas necessidades ou desejos são ilimitados e o ser humano dotado de razão supõe desde os primórdios que os recursos são escassos e, por essa razão, seu desejo é resumido na acumulação de riqueza. Como bem exemplifica Adam Smith: “Você já presenciou um cachorro trocando osso com outro?”.

Dadas essas afirmações, conclui-se: a natureza da sociedade é a força do costume individualista. A partir dessa premissa, surge o capitalismo, ou seja, aqueles que conseguiram acumular mais capital deram origem à classe capitalista, e aqueles que não detinham capital formaram a classe trabalhadora. A consequência da origem dessas classes é a gênese da má formação e distribuição de recursos, ao passo que a sociedade moderna tem

priorizado o capital formado através do interesse individual, e não mais do interesse social que era representado pelo capital produtivo.

Essa ação humana, do homem entendido como “ser social transformador” que modifica as condições objetivas, que muda a realidade concreta, que muda as relações de produção e reprodução. Portanto, mediante o antagonismo existente entre a classe burguesa e proletária, as contradições das relações de produção e das forças produtivas e o fracasso do Estado dominante, os homens transformam a sociedade, a base econômica e, concomitantemente, seu pensamento, suas ideias; ou seja, sua consciência também ganha nova forma. Assim, “os homens ao desenvolverem sua produção material e relações materiais, transformam, a partir da sua realidade, também o seu pensar e os produtos do seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (Marx & Engels, 2004, p. 52).

A lógica da acumulação de recursos vem se direcionando não mais pela força do trabalho, mas por quem financia esse trabalho, sendo este o detentor da propriedade dos recursos. Com isso, o trabalhador perde o direito de propriedade da riqueza que ele mesmo produz, tendo, apenas, como obrigação gerar lucros para quem financia sua remuneração. Percebe-se que o conceito de propriedade, ao longo dos anos, perdeu sua legitimidade; a riqueza passa a ser justificada pelo capitalismo através da exploração da classe trabalhadora.

Assim, a política econômica passa a adotar uma visão míope, voltando-se, inteiramente, ao “combate da inflação” e ao salvamento dos grandes bancos, ou seja, em momentos de grandes incertezas, a política monetária expansionista do FED visa a, apenas, salvar o Sistema Financeiro da falência e, com isso, não percebem que tornam essa mesma política monetária sem efeito, uma vez que o seu principal efeito trágico não é solucionado, ou seja, a fome de um bilhão de pessoas. Tal situação suscita um debate amplo, delicado e desafiador sobre todas essas questões, a fim de que medidas possam ser tomadas para reestabelecer as relações entre a economia, a sociedade e o Estado. No entanto, sob essa mesma direção, a mídia convencional e os governos direcionam toda a sua atenção e energia apenas ao acompanhamento dos mercados financeiros, fazendo a seguinte leitura: “Quando estes vão bem, tudo o mais assim está. E quando eles vão mal, assim estará tudo o mais”. Sem mais delongas, a sociedade deixa de estar sob os ditames do capital industrial, e passa a ser subordinada aos ditames do capital financeiro — mudando, apenas, o padrão; portanto, continua prisioneira.

4. Debatendo o “desenvolvimento” à luz da Administração Política

Falar em desenvolvimento pleno é, apenas, possível quando uma sociedade é capaz de eliminar todas as barreiras que dificultam o acesso aos bens e serviços necessários e básicos à sociedade e que promovam, assim, a privação do ser humano. De acordo com Oliveira & Chacon (2010), sem acesso à educação (ou mesmo aos recursos e necessidades mais básicas) a população diminui suas chances de participar, ativamente, das decisões políticas que afetam a sociedade, ficando refém de grupos de interesse que podem ocupar o poder e decidir, arbitrariamente, os rumos do desenvolvimento.

Assim, a ciência administrativa deve perceber seu papel diante de problemas mundiais como esses, quer sejam das contínuas crises do modelo vigente, quer sejam de problemas sociais e tradicionais percebidos há anos, dos quais a Administração não é capaz de fazer uma real autocrítica. De acordo com Santos (2009), enquanto a Administração Profissional utilizar a *organização* (símbolo da microeconomia e materialização do individualismo) como objeto de estudo, estará vinculada a uma microanálise; só havendo uma evolução do pensamento administrativo de acordo com uma visão voltada a análise dos processos históricos junto com o estudo das realidades sociais globais e a construção de novas tipologias. Desse modo, o campo da Administração enriquecerá sua visão crítica à luz da sociedade, não mais resumida a modelos de eficiência organizacionais ou manuais administrativos.

Segundo Perroux (apud Celso Furtado, 1983), as decisões não existem isoladamente, são partes integrantes de planos que ligam o presente ao passado e ao futuro. As macrodecisões são fatores decisivos na estruturação das atividades econômicas. O funcionamento de uma economia não se processa pela adaptação das microdecisões aos preços, nem mesmo pelo simples conflito de microplanos incompatíveis. Contém ele a antecipação global de uma unidade complexa que, em face de outras unidades, atua como se sua decisão fosse preferível às lutas entre todas. A macrodecisão é tomada seja pelo Estado, seja por outra unidade dominante e se funda em uma previsão global, isto é, numa avaliação antecipada do resultado final da cadeia de reações. Ela somente é possível porque certos agentes estão em condições de exercer um **efeito dominação** [negrito do autor] sobre os demais.

Relacionando o contexto de Perroux à crise de 2008 e todos os seus desdobramentos até os dias atuais, percebe-se que as autoridades responsá-

veis pela tomada dessas macrodecisões possuem em seus planos de salvamento do quadro econômico uma visão microanalítica, uma vez que suas propostas visam ao salvamento apenas da situação crítica dos bancos e financiadoras, ou seja, quando o Estado ou as autoridades dominantes se dispõem a pagar ou suprir dívidas geradas por esses grandes bancos, eles omitem ou acabam camuflando as reais necessidades da sociedade que estão sofrendo com as consequências da crise. O que transparece ser é que não só o capital produtivo está sob o comando do capital financeiro, mas que o Estado, ao invés de comandar a situação é comandado por este mesmo capital, concedendo, ainda mais, poderes à iniciativa privada para que esta defina o rumo do atual quadro econômico.

Tratando, administrativamente, sob um foco político, o Estado deveria entrar como uma força abstrata para diminuir essas diferenças através de uma gestão pública e política mais posicionada e focada no bem-estar da sociedade, não só na quantificação de índices do atual quadro econômico, pois, logicamente, uma vez que a sociedade caminha para uma figuração de bem-estar, a economia segue o mesmo caminho.

As causas da crise e as medidas paliativas que agora se fazem necessárias estão embutidas no modo como a política mundial posicionar-se-á e, como consequência, esse quadro econômico só permaneça sob crises contínuas se o foco dessas macrodecisões continue a ser realizado com base no capital, e não em políticas sociais de desenvolvimento pós-crise e *ante crisis*. Na maioria dos países, esse embasamento “microcapitalista” é configurado através de um desejo inerente de imitar padrões de civilizações dito superiores, deixando valores sociais em segundo plano, em prol da aderência de padrões ultracapitalistas. Dessa forma, o sistema de capital financeiro passa a exemplificar a personificação de uma estrutura ditatorial. Questões que deveriam ser compreendidas pela Administração nas esferas públicas e privadas, e valores ou características que deveriam estar no âmbito da Administração Política, ficaram sob a égide da iniciativa privada ou do próprio sistema capitalista.

Enfatizando o conceito de Administração Política, tem-se: “É uma correlação dependendo do que se entende por Administração, por Estado, por Público e por Privado” (Oliveira & Chacon, 2010, p. 194). Dessa forma, a incumbência da Administração Política não se restringe, apenas, a cargo do setor público, mas a todos os setores que se propõe a colocar o bem-estar social como resultado de suas atividades. A organização global,

a Administração Pública ou, até mesmo, as estratégias de desenvolvimento mundiais e nacionais, que são assuntos, realmente, ligados à Administração Política, continuam sendo temas, basicamente, debatidos entre economistas e cientistas políticos, mas não ainda com os próprios administradores ou mesmo na própria sociedade. A Administração precisa debruçar-se sob a crítica social e isto deve ser realizado de forma urgente, uma vez que grandes problemas relacionados às crises devem ser decisões realizadas tanto por administradores do setor público, quanto do setor privado, com o objetivo de suprir as necessidades da sociedade com melhor gestão dos recursos, sejam eles econômicos, financeiros ou mesmo materiais.

Dada essa inquietação, quando a *gestão* tornar-se objeto de estudo da ciência administrativa, daí, será observada a abrangência de estudar propostas de soluções para tais problemas, tais como: fome, acumulação de capital e desemprego. É um desafio lançado para que se possa combinar complexidade do trabalho administrativo com a teorização da ciência administrativa, vinculada a um senso crítico histórico/social/político.

Considerações finais

A partir da análise realizada, através da crise de 2008 até seus desdobramentos atuais, é possível perceber que desenvolver uma sociedade em crise é muito mais do que criar acesso para todos. Desenvolver é um processo complexo que deve ser analisado de uma perspectiva histórica; é criar razões para que haja uma sustentabilidade desse processo, bem como estudar suas dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais, e também interligar essas dimensões aos estudos da Administração.

Nessa concepção, percebe-se que há muitas dificuldades de propor uma solução para todas as consequências que a crise vem causando, até os últimos tempos. É um enorme efeito cascata que surge do capital e concentra-se no social, produzindo inúmeros prejuízos, tanto ao setor privado quanto ao setor público, mas que nenhum dos setores citados consegue perceber que é a sociedade quem mais sofre com os efeitos e consequências dessas crises.

Dentro desse contexto, indaga-se: por que será que os economistas nos falam que o fluxo e o ritmo de produção aumentam constantemente e as pessoas, ainda, vivem com fome? Por que será que a acumulação de riqueza dessa mesma produção ainda perpetua em apenas 2% da população de cada nação? Onde está a força do Estado que deveria impor limites a essa acumulação de capital?

O problema é que não só a sociedade passa por crise, como o próprio Estado, a estrutura econômica, o sistema capitalista e, principalmente, a ciência administrativa, uma vez que transpassa por um problema de identidade, em que os modelos que deveriam ser seguidos de como tomar decisões certas e coerentes não têm mais formas, nem resultados. Para isso, novos rumos são pensados e cogitados na busca por um modelo que faça os atuais e futuros administradores priorizarem suas decisões não mais em um capital totalmente abstrato, mas em uma sociedade concreta e deficitária. É compreender que as ideias neoliberalistas são conflitantes demais com a realidade do interesse social.

Algo precisa ser feito para que administradores passem a estudar melhores formas de gerir a distribuição dos frutos desse aumento de produção realizado pelos avanços tecnológicos, fazendo que a população trabalhe menos e viva mais, de maneira igualitária e justa, como bem registra o *caput* do art. 5.º da Constituição de 1988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [. . .]”. Tomando o preceito da “inviolabilidade da vida”, se o direito ao trabalho pudesse ser assegurado como um direito civil, um bilhão de pessoas no mundo não estaria a morrer de fome.

Referências

- ALVES, José Eustáquio Diniz & BRUNO, Miguel A. P. População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica? In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais: Desafios e Oportunidades do Crescimento Zero. Set. 2006. Caxambu-MG, Brasil. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto1311.pdf>>; acesso em 22-10-2011.
- BRASIL. *Constituição* (1988). Título II Dos direitos e garantias fundamentais: Capítulo I Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Art. 5.º. *Lex: legislação federativa e marginalia*, São Paulo, vol. 59, p. 1966, out.-dez. 1995.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?. Mar. 2010. *Novos Estudos Cebrap*, 86, pp. 51-72. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a03.pdf>>; acesso em 22-9-2011.

- COELHO, Eurelino. Comentário – a crise estrutural segundo Mészáros: notas críticas. In: XXIII Simpósio Nacional de História (Anpuh). Jul. 2005. Londrina-PR, Brasil. Disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/C_Coelho_23.pdf>; acesso em 5-11-2011.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: LTC, 1982. Livro 1, vol. 1.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MEIRELLES, Henrique de Campos. Regulação do Sistema Financeiro Nacional – Banco Central. Mai. 2009. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pec/apron/Apres/ApresentacaoMeirellesIDP_270509.pdf>; acesso em 2-11-2011.
- NAKANO, Yoshiaki. Do valor: inflação sincronizada de commodities. Fev. 2011. Disponível em <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-alta-das-commodities-por-nakano>>; acesso em 8-11-2011.
- OLIVEIRA, Francisco Correa & CHACON, Salgueiro Suely. Administração para o desenvolvimento: novos rumos no Brasil. In: SANTOS, Reginaldo Souza (org.). *Administração política para o desenvolvimento do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010 (Coleção Administração Política, 2).
- POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Proposições do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para sua elaboração. Ago, 2009. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/consea/documentos/politica-e-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar/documento-com-proposicoes-para-a-elaboracao-da-pnsan>>; acesso em 2-11-2011.
- RESPOSTAS PROGRESSISTAS À CRISE. Brasília: Ipea, 2010.
- REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, vol. 4, n.º 1. Salvador-São Paulo: Eaufba-Hucitec, 2011.
- REVISTA DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado, vol.5, n.º 10. São Paulo: FEC-Faap, 2007.
- SANTOS, Fernando Teixeira. O sistema financeiro e a globalização: a regulação do sistema financeiro. Jun. 2002. Disponível em <www.fep.up.pt/docentes/Conferencia_IDEF_ISEG_Jun02.pdf>; acesso em 2-11-2011.

SANTOS, Reginaldo Souza. *A administração política como campo do conhecimento*. 2.^a ed. São Paulo: Feaufba-Hucitec/Mandacaru, 2009.

—. *Keynes e a proposta da Administração Política para o capitalismo: uma crítica aos pressupostos da externalidade do estado e da crise fiscal*. São Paulo: Hucitec, 2010.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

WERNECK, Rogério L. Furquim. Crise financeira, regulação e redundância. *O Estado de S. Paulo*, Jul. 2009. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,crise-financeira-regulacao-e-redundancia,407521,0.htm>>; acesso em 16-10-2011.

Resumo

Este ensaio teórico visa a uma abordagem das principais consequências refletidas pela Crise Mundial Financeira de 2008, buscando razões e causas para a compreensão de seus desdobramentos até os dias atuais. Pôde-se perceber, através do projeto analítico, o que a falta de uma regulamentação do Sistema Financeiro pode ocasionar, de forma brusca e caótica, ao desenvolvimento social mundial. Dentre os principais problemas destacam-se a forte acumulação de capital na mão de 2% da população de cada nação e a fome que perpassa o número de um bilhão de pessoas no mundo. Para tanto, é realizado um resgate aos acontecimentos e causas da crise financeira com forte embasamento econômico, para que, logo após, se faça uma correlação com a ciência administrativa, do qual a Administração Política surge como novo paradigma crítico/social, desafiando a complexidade do trabalho administrativo quanto a propor soluções para as recentes e contínuas crises do sistema capitalista, através de um novo objeto de estudo: *a gestão*.

Palavras-chave: Crise. Administração política. Economia.

Abstract

This essay theoretical aims to deal with the main consequences reflected by the World Crisis of 2008, searching for reasons and causes for the understanding of its consequences to the present days. It can be realized through the project analysis, and that the lack of a regulation of the Financial System can cause abruptly and chaotic for the world social development. Among the main problems highlights the strong capital accumulation in the hand of 2% of the population of each nation and the famine that permeates the number of one billion people in the world. For both, and carried out a ransom to events and causes of the financial crisis with strong economic foundations, so that soon after you have a correlation with the science administration, in which the Administration Policy appears as a new paradigm critical/social, challenging the complexity of the administrative work on the propose solutions to the recent and ongoing crises in the capitalist system, through a new object of study: the management.

Keywords: Crisis. Administration Policy. Economy.